**MINISTÉRIO DA FAZENDA****CONSELHO ADMINISTRATIVO DE RECURSOS FISCAIS****TERCEIRA SEÇÃO DE JULGAMENTO**

Processo nº 16327.000857/2004-19
Recurso nº 151.846 Voluntário
Acórdão nº 3301-00.225 – 3ª Câmara / 1ª Turma Ordinária
Sessão de 14 de agosto de 2009
Matéria PIS
Recorrente COOP. DE CRÉDITO RURAL DOS PLANT. DE CANA DA ZONA DE GUARIBA
Recorrida DRJ-SÃO PAULO/SP

ASSUNTO: CONTRIBUIÇÃO PARA O PIS/PASEP

Período de apuração: 01/10/1998 a 31/01/1999

CRÉDITO TRIBUTÁRIO. CONSTITUIÇÃO. DECADÊNCIA

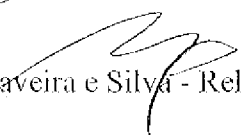
O prazo para a Fazenda Nacional exigir crédito tributário é de 05 (cinco) anos, contados a partir dos respectivos fatos geradores.

Recurso Voluntário Provido.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.

ACORDAM os membros do Colegiado, por maioria de votos, dar provimento ao recurso para cancelar o lançamento, em face da decadência quinquenal, contada nos termos do CTN, art. 150, §4º. Vencidos os Conselheiros Maurício Taveira e Silva (Relator) e Carlos Alberto Donassolo que aplicavam o art. 173, I do CTN. Designado o Conselheiro José Adão Vitorino de Moraes para redigir o voto vencedor. Fez sustentação oral pela recorrente o Dr. Gustavo Sampaio Vilhena, OAB/SP Nº 165.462.


José Adão Vitorino de Moraes – Presidente e Redator Designado


Maurício Taveira e Silva - Relator

Participaram, ainda, do presente julgamento, os Conselheiros Maurício Taveira e Silva, Gustavo Kelly Alencar, Carlos Alberto Donassolo (Suplente), Antônio Lisboa Cardoso. Ausente a Conselheira Maria Teresa Martínez López.

Relatório

COOPERATIVA DE CRÉDITO RURAL DOS PLANTADORES DE CANA DA ZONA DE GUARIBA, devidamente qualificada nos autos, recorre a este Colegiado através do recurso de fls. 195/240 contra o Acórdão nº 16-14.356, de 10/08/2007, prolatado pela Delegacia da Receita Federal de Julgamento em São Paulo - SP, DRJ/SPOI, fls. 174/186, que julgou procedente em parte o auto de infração de fls. 83/85, relativo ao PIS (instituições financeiras e equiparadas), pela falta/insuficiência de recolhimento, referente aos períodos de apuração de janeiro de 1998 a janeiro de 1999. A ciência da autuação ocorreu em 07/07/2004 (fl. 97).

Conforme Termo de Verificação – PIS de fls. 92/95, as cooperativas de crédito regem-se pelas disposições da Lei nº 5.764/71 e da Lei nº 4.595/64, uma vez que são consideradas instituições financeiras. Menciona, também, que a contribuinte não recolheu sistematicamente o PIS-Patrimônio no período e forma especificados.

Inconformada, a contribuinte apresentou, em 05/08/2004, impugnação de fls. 98/137, com as seguintes alegações:

1. o fato gerador de janeiro de 1999, no valor de R\$ 216.258,60 já foi objeto de autuação em outro auto de infração (processo nº 16327.000160/2004-48);

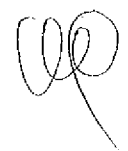
2. decadência de todos os períodos lançados, visto que a lavratura do auto de infração ocorreu somente em 29/06/2004;

3. as cooperativas não podem manter operações financeiras com não-associados, a teor do art. 2º, inciso II da Resolução 2.771/00 do Bacen. Assim, não se pode falar em resultado tributável, haja vista que todo o seu resultado é proveniente de operações com associados;

4. é da essência das cooperativas de crédito praticar operações ativas quando aplica os recursos dos cooperados no mercado financeiro e passivas quando disponibiliza recursos aos cooperados para fomentar a produção mediante a captação de recursos. Sendo praticado o genuíno ato cooperado, a lei cooperativista prevê a não incidência tributária sobre o resultado destas operações, consoante dispõe o art. 87 combinado com o III da Lei nº 5.764/71;

5. mesmo que o julgador não reconheça a não incidência do PIS nas operações próprias das sociedades cooperativas de crédito, não pode negar a vigência da suposta revogação desta isenção pela Medida Provisória nº 1.858/1999.

6. ainda que as sociedades cooperativas de crédito sejam instituições financeiras, por essência, não deixou de ser cooperativa, tendo natureza jurídica desta e, portanto, sendo regida pelas normas da Lei nº 4.595/64 e pela Lei nº 5.764/71. Assim, numa interpretação sistemática e teleológica, não seria razoável admitir que as normas previstas na Lei nº 5.764/71 não devam ser aplicadas às sociedades cooperativas de crédito, pelo simples fato das mesmas serem arroladas dentre as instituições financeiras. Seria o mesmo que negar existência jurídica a estas sociedades, que as mesmas não são cooperativas pelo fato de estarem

 2

no rol das instituições financeiras. Destarte, aplicando harmonicamente as regras o PIS previstas às sociedades cooperativas e às instituições financeiras, temos que o art. 72 do ADCIT e Lei nº 9.701/98 são aplicáveis em relação ao que a Lei nº 5.764/71 define como resultado tributável, isto é, somente nas operações alheias das sociedades cooperativas, o chamado “ato não-cooperativo”, com base nas receitas totais auferidas provenientes dos atos não-cooperativos, com as exclusões previstas nas normas;

7. os efeitos da revogação do inciso II, do art. 2º da Lei nº 9.715/98, que dispunha sobre o recolhimento do PIS à alíquota de 1% pelas entidades sem fins lucrativos, entre elas, as sociedades cooperativas, se deu somente a partir de novembro de 1999, segundo o Ato Declaratório SRF nº 88/1999.

Portanto, o auto de infração deve ser anulado por erro insanável de forma, sob pena de responsabilidade funcional, *ex vi* do Ato Declaratório Normativo nº 2/1999.

A DRJ considerou procedente em parte o lançamento, exonerando a parcela relativa à janeiro de 1999, lançado em duplicidade. O acórdão restou assim ementado:

Assunto. Contribuição para o PIS/Pasep

Período de apuração: 31/01/1998 a 31/01/1999

DECADÊNCIA SEGURIDADE SOCIAL

O direito da Seguridade Social apurar e constituir seus créditos extingue-se após 10 (dez) anos contados do primeiro dia do exercício seguinte àquele em que o crédito poderia ter sido constituído, conforme previsto em lei ordinária

DUPLICIDADE - *Devem ser cancelados os valores lançados em duplicidade pela fiscalização*

PIS - COOPERATIVA DE CRÉDITO - INCIDÊNCIA *As cooperativas de crédito estão sujeitas à incidência da contribuição que, até a Lei nº 9.718/98, tinha como base de cálculo a receita bruta operacional - ECR nº 01/94 - e após aquela sobre o faturamento*

Lançamento Procedente em Parte

Tempestivamente, em 02/10/2007, a contribuinte protocolizou recurso voluntário de fls. 195/240, cujos argumentos de defesa encontram-se aduzidos nos termos abaixo, querendo-se:

(i) o recebimento e processamento do recurso, em seus regulares efeitos, suspendendo a exigibilidade do crédito tributário sob análise, nos termos do art. 151, inciso III, do Código Tributário Nacional - Lei nº 5.172/66,

(ii) acatar a preliminar de decadência dos valores autuados, dado ter extrapolado o período de cinco anos a contar da ocorrência do fato gerador e, no mérito, reconhecer que as sociedades cooperativas de crédito, por praticarem somente atos cooperativos, obedecendo as regras do Banco Central e da lei cooperativista, continuam gozando da não-incidência da



contribuição ao PIS sobre estas operações, tendo como fundamento os arts 87 e 111 da Lei nº 5.764/71 e entendimento pacífico do STJ, enfim, acatando totalmente os argumentos apresentados no mérito;

(iii) se não foi o caso de reconhecimento da não-incidência do PIS sobre os atos cooperativos, o cancelamento do auto de infração, por vício de forma, uma vez que não observou o termo inicial desta suposta revogação, que como dito, teve efeitos às sociedades cooperativas, inclusive às de crédito, a partir de novembro de 1999;

(iv) Requer ao final, seja o recurso **JULGADO PROCEDENTE** para reconhecer a ilegítima e despreziosa exigência fiscal, declarando assim "ex officio" a extinção total do crédito tributário e posterior arquivamento do auto de infração

É o Relatório.

Voto Vencido

Conselheiro Maurício Taveira e Silva, Relator

O recurso é tempestivo, atende aos requisitos de admissibilidade previstos em lei, razão pela qual, dele se conhece.

Analisa-se, preliminarmente, a alegação de decadência. Conforme é cediço, houve a edição da Súmula Vinculante nº 8, pelo STF, publicada em 20/06/2008, considerando inconstitucional o art. 45 da Lei nº 8.212/91, havendo que se reconhecer a decadência do PIS em conformidade com o disposto no Código Tributário Nacional.

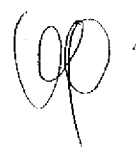
Desse modo, o prazo para constituição do crédito tributário rege-se pelo art. 150, § 4º, ou pelo artigo 173, I, ambos do CTN, consoante, respectivamente, ter havido pagamento antecipado ou não. Conforme se constata no Termo de Verificação às fls. 94/95, não houve qualquer pagamento no período lançado. Assim, no presente caso a decadência se verifica com fulcro no art. 173, I, do CTN.

Em relação aos fatos geradores de janeiro a novembro de 1998, poderiam ter sido lançados no próprio ano de 1998 e, conseqüentemente, sua decadência se verifica a partir de 01/01/2004.

Assim, tendo em vista que a ciência do auto de infração ocorreu em 07/07/2004 (fl. 97), somente subsiste a autuação referente ao fato gerador de dezembro de 1998, uma vez que a DRJ já havia exonerado o período de janeiro de 1999 e, quanto aos demais períodos, já se encontravam fulminados pela decadência à época do lançamento.

A interessada requer seja reconhecida a suspensão de exigibilidade do crédito tributário, nos termos do art. 151, inciso III, do CTN. De fato, há que se reconhecer a suspensão de exigibilidade do crédito tributário sob análise, em decorrência do presente recurso, consoante a norma precitada e/c o art. 33 do Decreto nº 70.235/72.

A contribuinte requer, ainda, o reconhecimento de que as sociedades cooperativas de crédito, por praticarem somente atos cooperativos, continuam gozando da não-

 4

incidência da contribuição ao PIS. Caso este não seja o entendimento deste colegiado, requer o cancelamento do auto de infração, por vício de forma pela inobservância do termo inicial desta suposta revogação, cujos efeitos se deu a partir de novembro de 1999, em decorrência da anterioridade nonagesimal. Não prospera a alegação da recorrente, conforme se demonstrará.

O cerne da questão decorre da divergência de entendimento entre a contribuinte que pugna pela não incidência de PIS sobre os atos cooperativos e o fisco ao considerar devida a tributação na condição de instituição financeira. Assim, cooperativas de crédito, na condição de instituição financeira devem recolher o PIS, conforme dispõe a LC nº 7/70, LC nº 17/97, Lei nº 9.701/98 e, a partir de fevereiro de 1999, de acordo com a Lei nº 9.718/98, com as exclusões e deduções autorizadas pelas normas que regem a matéria.

O art. 192 da CR/88, com redação dada pela EC nº 40/2003, consigna:

Art. 192. O sistema financeiro nacional, estruturado de forma a promover o desenvolvimento equilibrado do País e a servir aos interesses da coletividade, em todas as partes que o compõem, abrangendo as cooperativas de crédito, será regulado por leis complementares que disporão, inclusive, sobre a participação do capital estrangeiro nas instituições que o integram. (grifei)

À época dos fatos, o art. 192, inciso VIII, assim dispunha:

Art. 192. O sistema financeiro nacional, estruturado de forma a promover o desenvolvimento equilibrado do País e a servir aos interesses da coletividade, será regulado em lei complementar, que disporá, inclusive, sobre:

[...]

VIII - o funcionamento das cooperativas de crédito e os requisitos para que possam ter condições de operacionalidade e estruturação próprias das instituições financeiras (grifei)

Nesse diapasão, a Lei nº 4.595/64, que dispõe sobre a Política e as Instituições Monetárias Bancárias e Creditícias e que criou o Conselho Monetário Nacional, em seus artigos 7º, 17, 18, §1º, e 40, consigna:

Art. 7º Junto ao Conselho Monetário Nacional funcionarão as seguintes Comissões Consultivas.

1 - Bancária, constituída de representantes

1 - do Conselho Nacional de Economia;

2 - do Banco Central da República do Brasil;

[...]

16 - das Cooperativas que operam em crédito

Na sequência, tem-se:

CAPÍTULO IV



DAS INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS

SEÇÃO I

Da caracterização e subordinação

Art. 17 Consideram-se instituições financeiras, para os efeitos da legislação em vigor, as pessoas jurídicas públicas ou privadas, que tenham como atividade principal ou acessória a coleta, intermediação ou aplicação de recursos financeiros próprios ou de terceiros, em moeda nacional ou estrangeira, e a custódia de valor de propriedade de terceiros

Parágrafo único. Para os efeitos desta lei e da legislação em vigor, equiparam-se às instituições financeiras as pessoas físicas que exerçam qualquer das atividades referidas neste artigo, de forma permanente ou eventual

Art. 18 As instituições financeiras somente poderão funcionar no País mediante prévia autorização do Banco Central da República do Brasil ou decreto do Poder Executivo, quando forem estrangeiras

§ 1º Além dos estabelecimentos bancários oficiais ou privados, das sociedades de crédito, financiamento e investimentos, das caixas econômicas e das cooperativas de crédito ou a seção de crédito das cooperativas que a tenham, também se subordinam às disposições e disciplina desta lei no que for aplicável, as bolsas de valores, companhias de seguros e de capitalização, as sociedades que efetuam distribuição de prêmios em imóveis, mercadorias ou dinheiro, mediante sorteio de títulos de sua emissão ou por qualquer forma, e as pessoas físicas ou jurídicas que exerçam, por conta própria ou de terceiros, atividade relacionada com a compra e venda de ações e outros quaisquer títulos, realizando nos mercados financeiros e de capitais operações ou serviços de natureza dos executados pelas instituições financeiras

[...]

SEÇÃO IV

DAS INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS PRIVADAS

Art. 25 As instituições financeiras privadas, exceto as cooperativas de crédito, constituir-se-ão unicamente sob a forma de sociedade anônima, devendo a totalidade de seu capital com direito a voto ser representada por ações nominativas (Redação dada pela Lei nº 5 710, de 07/10/71)

[...]

Art. 40 As cooperativas de crédito não poderão conceder empréstimos se não a seus cooperados com mais de 30 dias de inscrição

Parágrafo único. Aplica-se às seções de crédito das cooperativas de qualquer tipo o disposto neste artigo (grifei)



Portanto, conforme se verifica, a sociedade cooperativa de crédito, ainda que constituída sob a Lei nº 5.764/71, a qual define a Política Nacional de Cooperativismo e institui o regime jurídico das sociedades cooperativas, consta no ordenamento jurídico na condição de instituição financeira, inclusive sujeita à fiscalização e controle do Banco Central do Brasil, consoante art. 92, I, desta lei, que assim dispõe:

Art. 92. A fiscalização e o controle das sociedades cooperativas, nos termos desta lei e dispositivos legais específicos, serão exercidos, de acordo com o objeto de funcionamento, da seguinte forma:

I - as de crédito e as seções de crédito das agrícolas mistas pelo Banco Central do Brasil;

Nessa toada, analisa-se o PIS devido por estas sociedades na condição de instituições financeiras.

A LC 7/70 assim estabeleceu no §2 do seu art. 3º:

“ § 2º - As instituições financeiras, sociedades seguradoras e outras empresas que não realizam operações de vendas de mercadorias participarão do Programa de Integração Social com uma contribuição ao Fundo de Participação de recursos próprios de valor idêntico do que for apurado na forma do parágrafo anterior.”

Posteriormente a Emenda Constitucional de Revisão nº 01/94 incluiu, dentre outros, o art. 72 ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias o qual, com as alterações promovidas pelas Emendas Constitucionais nºs 10/96 e 17/97, conforme seu inciso “V”, instituiu a cobrança do PIS à alíquota de 0,75% sobre a receita bruta operacional dos contribuintes a que se refere o § 1º do art. 22 da Lei nº 8.212/91, os quais são considerados instituições financeiras, dentre as quais encontram-se as cooperativas de crédito, conforme abaixo:

§ 1º No caso de bancos comerciais, bancos de investimentos, bancos de desenvolvimento, caixas econômicas, sociedades de crédito, financiamento e investimento, sociedades de crédito imobiliário, sociedades corretoras, distribuidoras de títulos e valores mobiliários, empresas de arrendamento mercantil, cooperativas de crédito, empresas de seguros privados e de capitalização, agentes autônomos de seguros privados e de crédito e entidades de previdência privada abertas e fechadas, além das contribuições referidas neste artigo e no art. 23, é devida a contribuição adicional de 2,5% (dois inteiros e cinco décimos por cento) sobre a base de cálculo definida no inciso I deste artigo. (grifei)

Na sequência, o art. 1º da Lei nº 9.701/98, originária da MP nº 1.617 e reedições, registra as exclusões ou deduções admitidas na determinação da base de cálculo da contribuição.

Com o advento da Lei nº 9.718/98, a base de cálculo da contribuição para o PIS e Cofins devidos pelas pessoas jurídicas de direito privado, a partir de 1º de fevereiro de 1999, passou a ser calculado com base na receita bruta, assim entendida a totalidade das



receitas auferidas, sendo irrelevantes o tipo de atividade exercida e a classificação contábil adotada para as receitas.

Posteriormente, a MP nº 1.807/99 alterou a legislação da Cofins e do PIS, reduzindo a alíquota da contribuição do PIS de 0,75% para 0,65%, bem como acrescentou o §6º ao art. 3º da Lei 9.718/98, ampliando o rol de exclusões e deduções da base de cálculo das contribuições devidas pelas instituições financeiras.

Para uma análise mais abrangente, convém registrar a evolução legislativa referente às demais cooperativas, que não cooperativas de crédito, estas tributadas como instituição financeira. Com fulcro na MP nº 1212/95 e reedições e Lei nº 9.715/98, a partir de março de 1996, as sociedades cooperativas, exceto as cooperativas de consumo, além da contribuição sobre a folha de pagamento mensal, passaram a pagar o PIS, também, em relação aos atos praticados com não associados. Já as cooperativas de consumo, por força da Lei nº 9.532/97, art. 69, passaram à condição de contribuintes como as demais pessoas jurídicas, a partir de abril de 1998.

Contudo, a partir da Lei nº 9.718/98, e a continuar na MP 1.858-6, de 29/06/99, teve início uma série de alterações na legislação do PIS e da Cofins das sociedades cooperativas, culminando com a revogação da isenção de forma ampla para o ato cooperativo (art. 23 da MP 1.858-6) e a instituição de uma tributação incidente sobre uma base de cálculo reduzida por diversas exclusões (art. 15 da MP 1.858-7). Algumas outras alterações ocorreram, até a edição da MP nº 1.858-10, de 26/10/99, cujas disposições foram mantidas em reedições posteriores, ultimando na MP nº 2.158-35, de 24/08/2001.

Assim, para as demais cooperativas, tendo em vista o princípio constitucional da anterioridade nonagesimal insculpido no art. 195, § 6º da CF/88, a SRF emitiu o Ato Declaratório SRF nº 88/99, o qual determina que as contribuições para o PIS/Pasep e Cofins devidas pelas sociedades cooperativas, *“serão apuradas de conformidade com o disposto na Medida Provisória nº 1.858-7, de 29 de julho de 1999, relativamente aos fatos geradores ocorridos a partir do mês de novembro de 1999.”*

Destarte, para as cooperativas em geral (não as cooperativas de crédito que se subordinam à legislação pertinente ao sistema financeiro nacional), no período subsequente a outubro/1999, a tributação deve incidir sobre a totalidade das receitas, ou seja, inclusive sobre os atos cooperativos com as deduções legalmente previstas, pois, após a revogação desta isenção, todas suas receitas passaram a compor a base de cálculo da contribuição.

Portanto, conforme bem resumiu o Termo de Verificação à fl. 207, as cooperativas de crédito *“regem-se pelas disposições da Lei nº 5.764/71 e da Lei nº 4.595/64, uma vez que são consideradas instituições financeiras.”*

Ademais, neste sentido já se manifestou a administração tributária, por meio da Solução de Consulta SRRF01ª RE/DISTF nº 01, de 17/04/2003, a qual registra que as cooperativas de crédito não estão abrangidas pelo tratamento tributário previsto na Lei das Cooperativas (Lei nº 5.764/71), uma vez que a CR/88 as diferencia das demais cooperativas, qualificando-as como instituições financeiras e subordinando-as à legislação pertinente ao Sistema Financeiro Nacional.

Assim, com a edição da Lei nº 9.718/98 e alterações, as sociedades cooperativas de crédito passaram a recolher a contribuição sobre a totalidade de sua receita, independentemente desta ser oriunda de ato cooperativo, com as exclusões nela previstas, bem assim, aquelas constantes da MP nº 1.807/99, art. 2º. De se ressaltar que a alíquota da



contribuição para o PIS foi reduzida para 0,65%, sendo a alíquota da Cofins de 3%. Cumpre destacar que, o fato de a cooperativa efetuar o repasse de valores e, portanto, essa receita não se incorporar ao patrimônio da recorrente apenas transitando por seu caixa, não altera a condição de receita tributável. Registre-se que o ICMS, embora seja repassado ao agente público, ainda assim compõe a base de cálculo da contribuição que o legislador houve por bem eleger, vez que integra o faturamento.

Portanto, não há como concordar com o argumento da recorrente no sentido que continuam gozando da não-incidência da contribuição ao PIS, bem assim, quanto à alegada nulidade do lançamento em decorrência da inobservância da anterioridade nonagesimal.

Sendo essas as considerações que reputo suficientes e necessárias à resolução da lide, voto no sentido de **dar parcial provimento** ao recurso voluntário para: a) cancelar o auto de infração, em relação aos fatos geradores de janeiro a novembro de 1998, uma vez que quanto a esses períodos, o crédito tributário já se encontrava extinto pela decadência à época do lançamento, conforme art. 156, V do CTN. Permanece o auto de infração em relação ao período de dezembro de 1998, bem como seus consectários; b) reconhecer a suspensão de exigibilidade do crédito tributário sob análise, em decorrência do presente recurso, consoante art. 151, inciso III, do CTN, e/c o art. 33 do Decreto nº 70.235/72.

É como voto.


Maurício Taveira de Silva

Voto Vencedor

Conselheiro José Adão Vitorino de Moraes, Redator Designado

Divirjo da tese do ilustre Relator quanto à contagem quinquenal do prazo decadencial para que a Fazenda Pública exerça seu direito à constituição do crédito tributário.

Na data de constituição do crédito tributário em discussão, vigia a Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, art. 45, I, que estabelecia o prazo de 10 (dez) anos, contados do primeiro dia do exercício seguinte àquele em que o crédito poderia ter sido constituído, para a Fazenda Nacional constituir créditos tributários referentes a contribuições destinadas à seguridade social, como no presente caso.

No entanto, em julgamento ocorrido em 11 de junho de 2008, o Supremo Tribunal Federal (STF) declarou inconstitucional o art. 45 daquela lei e, ainda, aprovou na sessão plenária realizada em 12/06/2008 a Súmula Vinculante nº 08, que assim estabelece, *in verbis*: “**São inconstitucionais os parágrafo único do artigo 5º do Decreto-lei 1569/77 e os artigos 45 e 46 da Lei 8.212/91, que tratam de prescrição e decadência de crédito tributário**”

Assim, independentemente ter ocorrido ou não antecipação de pagamentos parciais por conta das parcelas lançadas e exigidas, aplica-se ao presente caso, em relação à decadência, o disposto no Código Tributário Nacional (CTN), art. 150, § 4º, que assim determina, *in verbis*:

“Art. 150. O lançamento por homologação, que ocorre quanto aos tributos cuja legislação atribua ao sujeito passivo o dever de antecipar o pagamento sem prévio exame da autoridade administrativa, opera-se pelo ato em que a referida autoridade, tomando conhecimento da atividade assim exercida pelo obrigado, expressamente a homologa

(.) ”

§ 4º Se a lei não fixar prazo a homologação, será ele de cinco anos, a contar da ocorrência do fato gerador, expirado esse prazo sem que a Fazenda Pública se tenha pronunciado, considera-se homologado o lançamento e definitivamente extinto o crédito, salvo se comprovada a ocorrência de dolo, fraude ou simulação.”

No presente caso, o lançamento em discussão abrangeu os meses de competência de janeiro de 1998 a janeiro de 1999. Assim, aplicando-se esse dispositivo legal, na data em que a recorrente tomou ciência do lançamento, em 07 de julho de 2004, o direito de a Fazenda Pública constituir o crédito tributário referente a todo àquele período já havia decaído, pelo decurso do prazo quinquenal. A data limite expirou-se em 31 de janeiro de 1999.

Em face do exposto e de tudo o mais que consta dos autos, voto pelo provimento do recurso para que seja cancelado todo o crédito tributário.

José Adão Vitorino de Moraes